



# FIAN INTERNATIONAL

## FOR THE RIGHT TO FOOD & NUTRITION

FIAN International · Willy-Brandt-Platz 5 · D-69115 Heidelberg

A:

Rafael Tajra Fonteles

Governador do Estado do Piauí

### **Assunto: Ameaças contra membros de comunidades rurais e desmatamento no sul do Piauí**

21 de junho de 2023

Excelência,

Nós, as organizações abaixo assinadas que apoiamos a luta das comunidades rurais do Piauí pelo respeito aos seus direitos humanos, escrevemos para expressar nossa profunda preocupação com os relatos de ameaças recentes contra membros de comunidades rurais no município de Gilbués, bem como com o desmatamento em andamento no sul do Piauí.

De acordo com informações recebidas por nossas organizações, o Sr. Adaildo José Alves da Silva, líder indígena do povo Akroá Gamella que vive na comunidade de Morro D'Água, no município de Gilbués, foi recentemente vítima de um grave ataque físico. O ataque ocorreu em 5 de março de 2023, quando o Sr. Alves da Silva estava estacionando seu carro. Naquele momento, um homem se aproximou do veículo com um facão e tentou golpeá-lo repetidamente. O Sr. Alves da Silva conseguiu fechar o vidro do carro e evitar ferimentos graves em si mesmo e em sua mãe de 75 anos, que estava com ele no carro. Esse ataque ocorreu após ameaças recebidas pelo Sr. Alves da Silva de dois homens que o interceptaram em sua casa em 6 de fevereiro de 2023 e lhe enviaram mensagens de áudio ameaçadoras via WhatsApp.<sup>1</sup> Naquela ocasião, os perpetradores fizeram as ameaças com o objetivo de pressionar o Sr. Alves da Silva a desistir de suas terras. O Sr. Alves da Silva denunciou ambos os incidentes à polícia local, mas até o momento nenhuma medida foi tomada para garantir sua vida e integridade física e mental.

Também recebemos relatos de ameaças contra membros da comunidade rural de Riacho dos Cavalos, também no município de Gilbués, a saber, Nilton e César Alves de Sousa, bem como

---

<sup>1</sup> Ambos os incidentes foram relatados na mídia local: <https://ocorrediariorio.com/aplicacao-de-multa-faz-indigena-sofrer-ameaca> e <https://ocorrediariorio.com/indigena-akroa-gamela-sofre-nova-ameaca>.



Jonathan Assunção da Cunha. De acordo com as vítimas, as ameaças foram feitas por trabalhadores da fazenda Alvorada, localizada no município de Gilbués.

Além disso, membros de comunidades rurais do sul do Piauí denunciam o desmatamento que está ocorrendo na área, mais recentemente na fazenda Kajubar. De acordo com imagens de satélite, 2.590 hectares foram desmatados nessa fazenda desde fevereiro de 2023.<sup>2</sup> Deve-se observar que a área dessa fazenda se sobrepõe às terras reivindicadas pelas comunidades locais. Além disso, o desmatamento leva à secagem dos rios, dificultando o acesso das comunidades à água e causando a morte de peixes, que são fonte de alimento e sustento para as comunidades locais.

Todos os eventos acima ocorreram em um contexto de grilagem de terras, destruição de ecossistemas e violência contra comunidades rurais no sul do Piauí. Durante muitos anos, as comunidades e as organizações da sociedade civil que as apoiam denunciaram a violência e os efeitos prejudiciais sobre as comunidades e os ecossistemas resultantes da expansão das monoculturas agrícolas e da especulação de terras na região. As violações dos direitos humanos causadas pela apropriação de terras, desmatamento, fumigação com agroquímicos tóxicos e outros poluentes, bem como a violência física e psicológica contra as comunidades rurais, foram amplamente documentadas<sup>3</sup> e levadas ao conhecimento das autoridades estaduais e federais. Os perpetradores da violência geralmente são indivíduos ligados a grileiros de terras e/ou agronegócios locais, mas pesquisas demonstraram que os investidores internacionais desempenham um papel fundamental no incentivo às violações dos direitos humanos e aos crimes ambientais na região.<sup>4</sup>

A proteção dos direitos à terra das comunidades rurais é vital para acabar com a violência e a destruição no Piauí. As autoridades federais e estaduais brasileiras têm a obrigação, de acordo com a legislação nacional e a legislação internacional de direitos humanos, de reconhecer e proteger os direitos de posse das comunidades, em especial seus direitos de posse coletiva. Isso foi recentemente reafirmado nas Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, da Pesca e das Florestas, na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais e no Comentário Geral nº 26 do Comitê das Nações Unidas sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

A lei de terras do Piauí recentemente revisada (Lei Nº 7292 de 12/06/2019) inclui disposições sobre a proteção e a regularização dos direitos tradicionais de posse das comunidades rurais por meio da emissão de títulos coletivos, e algum progresso foi feito nos últimos anos nesse sentido. Um exemplo é a comunidade tradicional Brejeira Salto, localizada na zona rural de Bom Jesus, no Piauí, que recebeu seu título de terra coletivo em 2021 do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI).<sup>5</sup> A regularização dos direitos de posse das comunidades rurais e tradicionais tem sido apoiada pelo Projeto do Banco

---

<sup>2</sup> Consulte <https://social.org.br/artigo/artigos-portugues/317-comunidades-denunciam-tentativa-de-homicidio-ameacas-e-desmatamentos-no-cerrado-piauiense>.

<sup>3</sup> Consulte, entre outros: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Os-Custos-Ambientais-e-Humanos-do-Nego%CC%81cio-de-Terras-.pdf>; <https://social.org.br/images/pdf/2022/relatorio2022.pdf>.

<sup>4</sup> Ibid.

<sup>5</sup> Consulte <https://social.org.br/artigo/artigos-portugues/280-comunidade-ribeirinha-conquista-direito-coletivo-a-terra>.



Mundial “Piauí: Pilares do Crescimento e da Inclusão Social”. No entanto, os procedimentos demorados e a lentidão da titulação coletiva estão colocando as comunidades em risco, enquanto os grileiros de terras e os agronegócios locais criam fatos no terreno. No final de fevereiro de 2023, a INTERPI anunciou que planeja fornecer 20 títulos de terra coletivos às comunidades nos próximos 5 anos no contexto de um novo projeto do Banco Mundial. As organizações que representam as comunidades rurais expressaram sua opinião de que esses planos estão longe de ser suficientes para salvaguardar os direitos da população rural no atual contexto de violência, grilagem de terras e destruição de ecossistemas.

O Brasil e o estado do Piauí também têm a obrigação, de acordo com a legislação ambiental internacional, de garantir a conservação e o uso sustentável da biodiversidade contida na área, especialmente como Parte da Convenção sobre Diversidade Biológica. O sul do Piauí faz parte do bioma Cerrado, que é uma das áreas de maior biodiversidade do mundo e desempenha funções ecossistêmicas essenciais. A rica biodiversidade do Cerrado – a região abriga cerca de 12.000 espécies de plantas, 35% das quais não crescem em nenhum outro lugar do mundo – é a base para a subsistência tradicional de cerca de 25 milhões de pessoas, incluindo povos indígenas, pequenas agricultoras e pequenos agricultores, pescadoras y pescadores, e outras comunidades rurais. A maior parte do desmatamento em curso no Piauí é ilegal<sup>6</sup> e, no início deste ano, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMARH) multou os responsáveis pelo desmatamento de uma área de 2.173,62 hectares no território do Povo Indígena Akroá Gamela, ao qual o Sr. Alves da Silva pertence, em R\$ 2,3 milhões.<sup>7</sup> Além disso, após denúncia do Coletivo de Povos e comunidades Tradicionais do Sul do Piauí, o Ministério Público (MP-PI) do estado pediu à justiça, em 2 de junho) que bloqueie imediatamente matrículas de fazendas e interrompa atividades econômicas em áreas desmatadas ilegalmente no município de Santa Filomena.<sup>8</sup>

Em vista do exposto, solicitamos ao governo do Estado do Piauí que

- Tome todas as medidas necessárias para garantir a integridade física e mental dos membros das comunidades que são vítimas de ameaças e violência, assegurando sua proteção como defensoras e defensores dos direitos humanos;
- Conduzir uma investigação imediata, independente e completa sobre as ameaças e violência relatadas contra membros de comunidades rurais no sul do Piauí, a fim de responsabilizar os culpados;

---

<sup>6</sup> Consulte <https://social.org.br/pub/revistas-portugues/302-desmatamento-grilagem-de-terras-e-financeirizacao-impactos-da-expansao-do-monocultivo-da-soja-no-brasil>.

<sup>7</sup> <https://ocorredario.com/aplicacao-de-multa-faz-indigena-sofrer-ameaca>

<sup>8</sup> Consulte <https://social.org.br/artigo/artigos-portugues/330-bloqueio-de-areas-desmatadas-e-urgente-para-cessar-danos-ambientais-pede-ministerio-publico-do-piaui>.



- Priorizar e acelerar a emissão de títulos coletivos para las comunidades rurais para garantir seu direito à terra e seu direito à alimentação e nutrição, de acordo com a legislação nacional e o direito internacional de direitos humanos;
- Intensifique os esforços para acabar com o desmatamento no Piauí, especialmente em terras reivindicadas por comunidades rurais;
- Estabeleça um mecanismo de diálogo e coordenação entre o INTERPI e a SEMARH para garantir que as licenças concedidas pela SEMARH não afetem as comunidades rurais, especialmente em terras em conflito e as comunidades que iniciaram procedimentos para regularizar suas terras por meio de títulos coletivos.

Em nome de todas as organizações signatárias, agradeço sua atenção e peço-lhe que me mantenha informado sobre as ações tomadas pelo governo do Piauí.

Atenciosamente,

Sofia Monsalve Suárez

Secretária Geral

FIAN International

As seguintes organizações endossam esta carta:

1. ActionAid International
2. Agency for Turkana Development Initiatives
3. Amazon Watch
4. Business & Human Rights Resource Centre
5. Defend Democracy in Brazil Committee
6. FIAN Brasil
7. FIAN Germany



**FIAN**  
INTERNATIONAL

8. Florida Immigrant Coalition
9. Friends of the Earth US
10. Grassroots International
11. Indigenous Environmental Network
12. Micronesia Climate Change Alliance
13. National Family Farm Coalition
14. Proyecto sobre Organización, Desarrollo, Educación e Investigación
15. Struggle for Miami's Affordable and Sustainable Housing
16. US Network for Democracy in Brazil

CC:

Instituto de Terras do Piauí (INTERPI)

Ministério Público do Piauí

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMARH)

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Ouvidoria Nacional Agrária

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Ministério dos Povos Indígenas

Secretaria Geral da Presidência da República

Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Michael Fakhri, Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação: [hrc-sr-food@un.org](mailto:hrc-sr-food@un.org)

David Boyd, Relator Especial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente: [hrc-sr-environment@un.org](mailto:hrc-sr-environment@un.org)